



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 156

022

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 105315-8 - 1ª VARA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR P/ O
ACÓRDÃO: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO FORD S/A
APELADA: MARIA DE LOURDES DA SILVA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ DE CLÁUSULAS SUPOSTAMENTE ABUSIVAS DE CONTRATOS BANCÁRIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 381 DO STJ. RECURSO PROVIDO.

- Inexistência de pedido de decretação de nulidade de cláusulas de contrato de alienação fiduciária. Impossibilidade de revisão de ofício pelo Juiz. Incidência da Súmula nº 381 da jurisprudência dominante do STJ.

- Apelo provido para declarar válidas as cláusulas contratuais pactuadas, sendo julgada procedente a demanda originária de busca e apreensão.

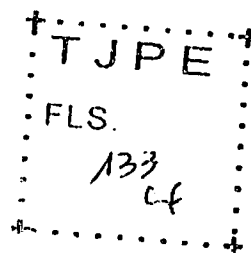
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **DAR PROVIMENTO AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Desembargador Revisor, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Sala de Sessões, em 10/01/10

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator para o acórdão



023/

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0105315-8 -SÃO LOURENÇO DA MATA
APELANTE: BANCO FORD S/A
ADVOGADO: FÁBIO DE ALMEIDA BRAGA
APELADA: MARIA DA LOURDES DA SILVA
ADVOGADO: SANDOVAL ALVES DE SOUZA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo BANCO FORD S/A, contra sentença do MM. Juiz *a quo*, que nos autos da Ação de Busca e Apreensão, ajuizada em razão de inadimplemento de cota de consórcio nr.2521075.

A Ré/Apelada em 04.05.2000 firmou contrato de financiamento, adquirindo um Veículo de marca FIAT, modelo TIPO 1.6 IE, ano 1994, placa KFD 8409, chassi nº ZFA160000R4982916, ficando inadimplente a partir da 9ª prestação das 24 firmadas, nas parcelas 04.02.2001 á 04.07.2001 totalizando um valor R\$ 2.243,51 (dois mil duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos), conforme contrato de (fs 15/17).

A Apelada apresentou contestação, requerendo a improcedência da ação e ainda a condenação da empresa nas custas processuais e honorários advocatícios, (fs.24/25).

O juiz a quo "julgo procedente em parte o pedido proposto pelo BANCO FORD S/A, para determinar que o veículo objeto do contrato permaneça em poder do demandante até que a demandada, Maria de Lourdes da Silva, pague os juros decorrentes dos meses que passou devendo as 16 prestações, com juros de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor das prestações, com fulcro no art. 192, §3º da CF/88 c/c art. 42, §1º da Lei 8.078/90.

024/

TJPE
FLS. 134
4

Condeno a demandante ao pagamento dos honorários advocatícios, na razão de 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 20 § 3º e alíneas do CPC, bem com o ressarcimento das custas processuais, porém deixando de condenar ao ressarcimento de despesas com manutenção e notificação, posto que não constituírem despesas satisfeitas", (fs. 43/44).

Inconformado o Autor/Apelante interpôs recurso de apelação, pretendendo a reforma da sentença, alegando em síntese, de que é legítima a cobrança de juros e multa, sobre o valor das parcelas vincendas e cita jurisprudência acerca do alegado, (fs. 59/89).

À parte Apelada apresentou contra-razões, para que seja mantida a sentença atacada, (fs.93/94).

A Apelação foi recebido em efeito suspensivo e devolutivo, (fs. 95)

É o relatório.

Ao Douto Revisor.

Recife, 30 de julho de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo

Relator

A/a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

025

140
1

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0105315-8 – SÃO LOURENÇO DA MATA
APELANTE: BANCO FORD S/A
APELADO: MARIA DE LOURDES DA SILVA
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DE VISTA

BANCO FORD S/A, ao interpor o presente recurso de apelação, devolveu a esta superior instância o conhecimento da seguinte questão: a possibilidade ou não do magistrado *a quo* decretar de ofício da nulidade de cláusulas consideradas abusivas, constantes em contrato de financiamento, não obstante a ausência de impugnação específica do apelado.

Na sessão realizada no dia 11/11/2009, o presente feito foi apresentado para julgamento, oportunidade em que houve divergência dos Ilustres Desembargadores Relator e Revisor no tocante à declaração *ex officio*, tendo este Julgador, naquela ocasião, requerido vista dos autos, nos moldes do Art. 105 do Regimento Interno deste Tribunal, com o fito de melhor apreciar a matéria.

Rogo vênia ao eminente Des. Relator, para divergir de seu entendimento, razão pela qual, ponho-me de acordo com o voto do insigne Des. Revisor, pelas razões que se seguem.

Trata-se de recurso de Apelo (fls. 59/89), interposto em face da sentença (fls.43/44), lavrada pelo MM Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Lourenço da Mata, que julgou parcialmente procedente o pleito da autora/apelante formulado em AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, condenando a demandada Maria de Lourdes da Silva, ora apelada, ao adimplemento dos juros incidentes nas 16 (dezesesseis) parcelas vencidas, acrescendo-se de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor das prestações, com fulcro no Art. 192, § 3º da CF/88 c/c Art. 42, § 1º da Lei 8.078/90, bem como ao pagamento das custas e verbas honorárias arbitradas em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Irresignada com o teor decisório, a instituição financeira aduziu, em síntese apertada, o não cabimento, pelo juiz *a quo*, da alteração *ex officio* dos termos contratuais, tendo em vista que a apelada reconhece sua inadimplência, ao deixar de contestar os valores cobrados.

Como é sabido, o processo civil brasileiro é orientado pelo **princípio dispositivo**, o qual o magistrado, deve se manter imparcial, bem como aguardar a iniciativa das partes no que se refere à afirmação dos fatos constitutivos de seu direito e produção de provas, não podendo o julgador opor-se às regras processuais estabelecidas, ainda que para proteger consumidor hipossuficiente.

Na hipótese dos autos, não visualizo resistência à cobrança efetuada pelo banco apelante nos moldes pactuados, o que me leva a crer, que o devedor continua aceitando todos os termos do contrato.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

026

Ademais, a revisão de cláusulas contratuais não foi proposta na ação de busca e apreensão manejada pelo banco recorrente, razão pela qual entendo ter laborado em equívoco o sentenciante, ao prolatar decisão em desacordo com o dispositivo inserto no Art. 128, do Código de Processo Civil¹.

Importante mencionar, ainda, que, inobstante o contrato ser de adesão, resta plenamente aplicável o princípio da livre negociação, onde as partes podem dispor de seus direitos no perfazimento do negócio jurídico, o qual permanecerá válido até prova do manifesto desequilíbrio contratual, ocasião em que o ordenamento jurídico põe a disposição do prejudicado **ação específica para a declaração de nulidade das cláusulas consideradas abusivas.**

Este, aliás, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme arestos abaixo transcritos, assentados sob o teor da Súmula 381 dessa Corte de Justiça², *in verbis*:

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - CÓDIGO DO CONSUMIDOR - DIREITOS DISPONÍVEIS - REVELIA - CLÁUSULAS CONTRATUAIS - APRECIÇÃO EX OFFICIO - PRINCÍPIO - DISPOSITIVO - IMPOSSIBILIDADE. IV - **Em homenagem ao método dispositivo (CPC, Art. 2º), é defeso ao juiz rever de ofício o contrato para, com base no Art. 51, IV, do CDC anular cláusulas que considere abusivas (EResp 702.524/RS).** V - Ação rescisória improcedente. (REsp 767052 / RS, 3ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 14/06/2007, sem grifos no original).

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. REVISÃO DE OFÍCIO DO CONTRATO, PARA ANULAR AS CLÁUSULAS ABUSIVAS. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO DA 2ª SEÇÃO. - **Não é lícito ao STJ rever de ofício o contrato, para anular cláusulas consideradas abusivas com base no Art. 51, IV, do CDC.** (EResp 702524 / RS, 2ª Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 08/03/2006, sem grifos no original).

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, AUSENTE CONTESTAÇÃO, POR JULGAMENTO DE OFÍCIO ALCANÇANDO A ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E AUSÊNCIA DE MORA. PRECEDENTES DA CORTE. 1. Já assentou esta Terceira Turma que "se para a constituição em mora do devedor fiduciário não é exigido que a notificação mencione sequer o valor devido, não pode ser extinto, de ofício, o feito, em virtude de valores considerados exacerbados, sem qualquer manifestação do devedor" (REsp nº 450.587/RS, Relator o Ministro Castro Filho, DJ de 11/11/02). **Não cabe, em situações como a dos**

¹ Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

² Súmula 381: Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

027

142
1

autos, transmutar a ação de busca e apreensão em ação de revisão contratual. 2. Recurso especial conhecido e provido, em parte. (REsp 712651 / RS, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 15/12/2005, sem grifos no original).

Por conseguinte, não sendo permitido ao togado sentenciante, sem requerimento expresso, adentrar na análise das cláusulas contratuais em sede de ação de busca e apreensão, entendo que a sentença, tal como posta, encontra-se eivada de nulidade parcial, porquanto, além de julgar o pedido inaugural do banco apelante, adentrou no exame do contrato, considerando-se, desta forma, *ultra petita*.

Destarte, a decisão *a quo* foi *ultra petita* e não *extra petita*, vez que, em decorrência de erro *in procedendo*, o juiz monocrático ultrapassou os limites dos pedidos autorais, desobedecendo ao comando inserto no Art. 460³ do Código de Processo Civil.

Em linhas estreitas, na sentença *extra petita* o juiz soluciona causa diversa da proposta na peça intróita, acarretando a nulidade absoluta da decisão monocrática. Por usa vez, na *ultra petita*, ao decidir o pedido, o magistrado vai além, analisando objeto diverso do que foi demandado.

Nada obstante a declaração de sentença *ultra petita*, tenho que se faz desnecessária o retorno dos autos ao juízo monocrático para prolação de nova decisão, vez que nada obsta o ajuste da decisão pelo órgão colegiado, atendendo ao princípio da economia processual e sem causar prejuízo à parte irressignada.

Do exposto, **DOU PROVIMENTO** ao apelo para excluir da sentença vergastada a parte afeta à revisão das cláusulas contratuais, mantendo-se inalterados os demais termos.

É como voto.

Recife, 18 de novembro de 2009.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor

³ Art. 460- É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.



149

023

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0105315-8 - SÃO LOURENÇO DA MATA
APELANTE: BANCO FORD S/A
ADVOGADO: FÁBIO DE ALMEIDA BRAGA
APELADA: MARIA DA LOURDES DA SILVA
ADVOGADO: SANDOVAL ALVES DE SOUZA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

VOTO

A Ré, ora Apelada, adquiriu, mediante contrato de financiamento, firmado com o banco Apelante, o veículo de marca FIAT, modelo TIPO 1.6 I.E., chassi ZFA160000R4982916, ano/modelo 1994, placa KFD 8409, comprometendo-se ao pagamento mensal de 24 (vinte e quatro) parcelas no valor R\$ 309,26 (trezentos e nove reais e vinte e seis centavos) cada, com o primeiro vencimento na data de 04/06/2000(fs11). Ocorre que a partir da 9ª(nona) parcela, vencida em 04/02/2001, deixou a apelada de cumprir com a sua obrigação pelo motivo de encontra-se desempregada incorrendo assim em mora resultando desse inadimplemento, o ajuizamento da ação originária de busca e apreensão.

O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de reconhecer a incidência das regras contidas no Código de Defesa do Consumidor por ocasião dos contratos firmados com instituições financeiras, conforme dispõe a Súmula 297 e que, tratando-se de norma de interesse social, as questões de ordem pública podem e devem ser conhecidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive de ofício.

A respeito do tema é válida a transcrição dos seguintes precedentes:



029

CONTRATO BANCÁRIO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LIMITADOR. TAXA PACTUADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDIMENSIONAMENTO.

I - Questões de ordem pública contempladas pelo Código de Defesa do Consumidor, independentemente de sua natureza, podem e devem ser conhecidas, de ofício, pelo julgador. Por serem de ordem pública, transcendem o interesse e se sobrepõem à vontade das partes. Falam por si mesmas e, por isso, independem de interlocução para serem ouvidas.

II - Admite-se a cobrança da comissão de permanência, após o vencimento da dívida, em conformidade com a taxa média do mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa pactuada no contrato, desde que não cumulada com juros remuneratórios nem correção monetária.

III - Verificado o desequilíbrio na fixação da verba sucumbencial, impõe-se o redimensionamento. Agravo interno parcialmente provido. (AgRg no REsp 20.439, / RS ; Agravo Regimental No Recurso Especial 2005/0013821-8, Min. Castro Filho, Org. Julg.T3 Terceira Turma, DJ. 02/08/2005).

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO DE MÚTUO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. APLICAÇÃO DO CDC. SÚMULA N. 297- STJ. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 121-STF. MP N. 1.963-17/2000 REEDITADA ATÉ A DE N. 2.170-36/2001. DEPÓSITO PARCIAL. VALORES INCONTROVERSOS. CABIMENTO. COMPENSAÇÃO/RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE. TEMAS PACIFICADOS.

I. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos bancários, nos termos da Súmula n. 297-STJ.

II. Nos contratos de mútuo com alienação fiduciária em garantia, ainda que expressamente pactuada, é vedada a capitalização dos juros, somente admitida nos casos previstos em lei. Incidência do art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e da Súmula n. 121-STF. III. A insuficiência do depósito não significa a improcedência do pedido, mas sim que o efeito da extinção da obrigação é parcial, até o montante da importância consignada, que poderá ser futuramente complementada, tão logo realizados os cálculos e apurado o real montante do débito, na esteira da jurisprudência mais recente da 4ª Turma, aplicando o disposto no art. 899, do CPC (REsp n. 448.602/SC, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 17.02.2003). IV. Admite-se a

030

repetição do indébito de valores pagos em virtude de cláusulas ilegais, em razão do princípio que veda o enriquecimento injustificado do credor. V. Agravo improvido. (AgRg no Resp nº 827035/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJ de 19.06.2006 p. 152.)

O objeto da ação de busca e apreensão se restringe à recuperação da coisa dada em garantia e, tendo o credor, no caso o apelante, a posse plena e a propriedade do veículo em questão, poderá vendê-lo a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento da dívida. Sobejando numerário, será entregue ao devedor o saldo respectivo e em caso contrário, continuará o devedor na obrigação de pagar o saldo devedor apurado, conforme dispõem os §§ 4º e 5º, do art. 66, do Decreto-Lei 911/69, *in verbis*:

"Art.66. (...)

§4º. No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver.

§ 5º. Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado".

Quanto às parcelas vencidas, é lícita a aplicação da multa de 2% acrescida de juros moratórios, com limitação de juros de 1% ao mês, e correção monetária, sendo vedada a sua cumulação com a comissão de permanência, conforme demonstra o seguinte julgado do STJ:

CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO DE MÚTUA COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. APLICAÇÃO DO CDC. SÚMULA N. 297-STJ. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 121-STF. MP N. 1.963-17/2000 REEDITADA ATÉ A DE N. 2.170-36/2001. COMPENSAÇÃO/RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE. TEMAS PACIFICADOS.

031

I.Segundo o entendimento pacificado na e. 2ª Seção (AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005), a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios, que acaso previstos para a situação de inadimplência, criam incompatibilidade para o deferimento desta parcela.

II. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos bancários, nos termos da Súmula n. 297-STJ. III. Nos contratos de mútuo com alienação fiduciária em garantia, ainda que expressamente pactuada, é vedada a capitalização dos juros, somente admitida nos casos previstos em lei. Incidência do art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e da Súmula n. 121-STF.

IV. Admite-se a repetição do indébito de valores pagos em virtude de cláusulas ilegais, em razão do princípio que veda o enriquecimento injustificado do credor. V. Agravo improvido. (AgRg no REsp 760589 / RS. Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR 2005/0101503-0 - QUARTA TURMA, DJ 17.10.2005 P.314.)

Com estes fundamentos, não vislumbro a possibilidade de qualquer modificação na sentença recorrida, de modo que NEGO PROVIMENTO ao apelo.

É o meu voto.

A. A. de Oliveira
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 149

032

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 105315-8 - 1ª VARA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO FORD S/A
APELADA: MARIA DE LOURDES DA SILVA

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 43/44) proferida em Busca e Apreensão, julgando *parcialmente procedente* o pedido para consolidar a posse e o domínio pleno do bem em nome do Autor/Apelante, além de declarar de ofício a exclusão da comissão de permanência, com fulcro no art. 42, §1º, do CDC (sic), e art. 192, §3º, da CF/88¹, "de sorte que deve ser aplicada apenas multa de 2% e juros de 12% ao ano, ou seja, 1% ao mês, nos termos da Constituição", trecho da sentença contra o qual o Apelante se insurge.

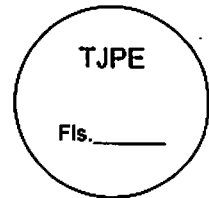
Aduz a instituição financeira recorrente, em sua peça recursal de fls. 59/89, que não seria possível a modificação *ex officio* do contrato nos termos consignados pelo i. togado monocrático na sentença, pois o Apelado "em nenhum momento rechaçou sua inadimplência e protestou contra os valores cobrados" (fls. 63).

¹ Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (...)

§ 3º - As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano: a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40/2003)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Cabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Destarte, defende o respeito ao princípio contratual do *pacta sunt servanda*, e a impossibilidade de limitação dos juros legais em 12% ao ano por conta da revogação do §3º do art. 192 da CF/88 pela EC 40/2003, além de não ser auto-aplicável.

Aduz, ainda, a possibilidade de cobrança dos juros moratórios e da multa contratual de 2% e a comissão de permanência, pois "as taxas foram previamente contratadas, havendo tão somente a aplicação da correção eleita até o vencimento da obrigação pecuniária e, após o vencimento, estanca-se essa aplicação e substitui-se pelo encargo da mora, ou seja, apenas a comissão de permanência" (fls. 86).

Instado a apresentar contrarrazões, o Apelado pugnou pela manutenção da sentença (fls. 93/94).

O cerne da discussão ora posta reside em saber se é possível ao magistrado a decretação *ex officio* da nulidade de cláusulas presentes em contrato de financiamento por considerá-las abusivas, esta ocorrida de forma implícita ao deixar de aplicar os índices estabelecidos no instrumento pactuado entre as partes, não obstante a ausência de impugnação específica do Apelado quanto a este aspecto.

Como é cediço, o processo civil brasileiro é norteado pelo princípio dispositivo, segundo o qual o juiz deve manter-se equidistante e aguardar a iniciativa das partes no que se refere à afirmação dos fatos constitutivos de seu direito e a respectiva produção de provas.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 130

034

Desta forma, não é o fato do art. 1º do CDC estabelecer "normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social" que torna os direitos ali contidos indisponíveis, aptos a serem discutidos e modificados *sponte propria* pelo julgador, inobstante a sua aplicabilidade às instituições financeiras (Súmula 297/STJ²).

Ademais, no caso dos autos, a Apelada não impugnou especificamente suposta abusividade na cobrança em sua contestação (fls. 24/25), limitando-se a afirmar a impossibilidade de pagamento por estar desempregada, não atendendo aos requisitos do art. 300 do CPC ("*compet* ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir").

Assim, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão ad quem a matéria impugnada, que se restringe aos limites da impugnação, impossibilitando o reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada.

Por tal motivo, o D. Juiz a quo proferiu sentença extra petita - porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência - no que devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas ao cálculo da multa moratória e juros, havendo, ainda, ofensa ao princípio da inércia estampado no artigo 2º do CPC, segundo o qual "nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais".

² Súmula 297/STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. _____

035

Neste sentido, peço vênias para transcrever excerto do voto do Em. Min. Humberto Gomes de Barros, no REsp 767052/RS, cujo entendimento amolda-se com perfeição à espécie, senão vejamos:

.....

"(...) O CDC não cuida de representação, nem de assistência. Se assim ocorre, ao consumidor se reconhece capacidade plena. Vale dizer: ele é livre para contratar; e se o é, pode transigir, renunciar e exercer, pessoalmente, ações e pretensões relacionadas com o contrato. Se assim ocorre, não se pode retirar da expressão utilizada pelo Art. 1º, o entendimento de que os direitos assegurados pelo o CDC ao consumidor são indisponíveis. Pelo contrário, eles são disponíveis. Tanto o são, que se expõem à decadência e à prescrição. Com efeito:

- a) o direito de reclamar contra defeitos aparentes decai em trinta ou noventa dias (Art. 26);
- b) o próprio CDC (Art. 27) declara prescritas - quando não manifestadas em cinco anos - as pretensões relacionadas com danos causados por serviços ou produtos.

Em havendo disponibilidade, não incide a restrição contida no Art. 320, II do Código de Processo Civil. Se não incide a restrição, a sentença cumpriu literal e teologicamente o Art. 319. Se assim ocorreu, a pretensão rescisória é improcedente. Improcedente a rescisória, queda-se prejudicado o recurso, na parte em que ataca a revisão *ex officio* das cláusulas contratuais. De qualquer modo, a teor do Código de Processo Civil (Art. 3º), não é lícito ao Poder Judiciário rever espontaneamente cláusulas contratuais. Essa vedação, corolário do método dispositivo, resulta do preceito contido no Art. 3º do Código de Processo Civil. Em verdade, o Art. 3º exprime o compromisso do direito processual civil brasileiro com o método dispositivo que, de sua vez é consequência do estado de direito democrático, evitando que o juiz se transforme em inquisidor e se instaure odiosa ditadura judicial. O dispositivo, hoje, é temperado com algum teor de inquisição. Permite-se, assim que, em situações legalmente definidas, o juiz ultrapasse os limites dos pedidos. A quebra do dispositivo somente ocorre por efeito de autorização legal que não ocorre, no caso. Bem por isso, a Segunda Seção decidiu que não é lícito ao juiz rever de ofício o contrato, para anular cláusulas consideradas abusivas com base no Art. 51, IV, do CDC (Eresp 702.524/RS) (...) (g.n.)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Sarniva de Moraes

TJPE

Fis. 151

036

Assim restou ementado o acórdão proferido no REsp acima mencionado, verbis:

.....

PROCESSUAL - AÇÃO RESCISÓRIA - CÓDIGO DO CONSUMIDOR - DIREITOS DISPONÍVEIS - REVELIA - CLÁUSULAS CONTRATUAIS - APRECIÇÃO EX OFFICIO - PRINCÍPIO - DISPOSITIVO - IMPOSSIBILIDADE.

I - Ao dizer que as normas do CDC são 'de ordem pública e interesse social', o art. 1º da Lei nº 8.078/1990 não faz indisponíveis os direitos outorgados ao consumidor - tanto que os submete à decadência e torna prescritíveis as respectivas pretensões.

II - Assim, no processo em que se discutem direitos do consumidor, a revelia induz o efeito previsto no art. 319 do Código de Processo Civil.

III - Não ofende o art. 320, II, do CPC a sentença que, em processo de busca e apreensão relacionado com financiamento garantido por alienação fiduciária, aplica os efeitos da revelia.

IV - Em homenagem ao método dispositivo (CPC, art. 2º), é defeso ao juiz rever de ofício o contrato para, com base no art. 51, IV, do CDC anular cláusulas que considere abusivas (REsp 702.524/RS). V - Ação rescisória improcedente.

(STJ - REsp 767.052/RS - (2005/0117282-0) - 3ª T. - Rel. Min. Humberto Gomes de Barros - DJU 01.08.2007)

.....

No mesmo sentido, o seguinte precedente daquela Corte Superior:

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

037

CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO.

IMPOSSIBILIDADE. CONVERSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM DEPÓSITO. PROCEDÊNCIA. 1. Tendo sido realizada de ofício a revisão de cláusulas contratuais pela Corte a quo, impõe-se o afastamento das disposições julgadas *extra petita* e, por consequência, o reconhecimento da procedência da ação de busca e apreensão convertida em depósito. Ressalva-se, contudo, a prisão civil, por ser medida incabível nos contratos de alienação fiduciária em garantia. 2. Agravo regimental provido. (AgRg no RESp 956.961/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2008, DJe 02/02/2009)

.....

Portanto, o desate da questão prescinde de maiores elucubrações, tendo em vista o teor da Súmula nº 381 da jurisprudência dominante do Col. STJ, segundo a qual "nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas" - DJe 05/05/2009.

Isto posto, **DOU PROVIMENTO AO APELO**, modificando a sentença para declarar válidas as cláusulas contratuais pactuadas entre as partes, i.e, julgando procedente a demanda originária de busca e apreensão em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 11-11-09

Cf. John

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

038

154

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL -- 18.11.2009
APELAÇÃO Nº 105315-8
COMARCA : SÃO LOURENÇO DA MATA
APELANTE : BANCO FORD S/A
APELADA : MARIA DE LOURDES DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR : DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

PROCESSO ADIADO A REQUERIMENTO DO DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO EM SESSÃO DO DIA 11.11.2009.

O VOTO VISTA DO DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO ENCONTRA-SE ÀS FLS. 140/142 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Essa matéria, inclusive, como Vossa Excelência bem lembrou, ela foi sumulada, estabelecendo a impossibilidade de os magistrados atuarem de ofício para a decretação de nulidade da cláusula contratual quando a parte, inclusive até nesta circunstância do processo, não se manifesta. Na hipótese não é nem uma questão de direito de ordem pública.

DECISAO

"POR MAIORIA DE VOTOS FOI DADO PROVIMENTO AO APELO, DESIGNADO O DES. REVISOR PARA LAVRAR O ACÓRDÃO".